

CARTILHAS ESCOLARES: A CONSTITUIÇÃO DE ACERVOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO

SCHOLAR PRIMERS: THE CONSTITUTION OF COLLECTION FOR THE STUDY OF LITERACY HISTORY

Cancionila Janzkovski Cardoso¹

RESUMO: Este texto está inscrito na história da alfabetização e objetiva abordar aspectos dessa história em Mato Grosso - Brasil, tematizando, em especial, a circulação e o uso de cartilhas. Tem como pressuposto que a realização de pesquisas-instrumentos, que contribuem na localização e sistematização de dados e fontes, se reveste de importância no atual cenário brasileiro de descaso com a memória. As pesquisas desenvolvidas pelo grupo de pesquisa ALFALE nos encaminharam a constituir no Núcleo de Pesquisa em Educação da UFMT um Centro de Documentação que pudesse localizar, reunir, organizar e preservar fontes relacionadas à cultura escolar. Dentre as fontes reunidas, nos deteremos em um acervo específico - 106 exemplares, entre cartilhas de alfabetização e manuais de professor datados de 1996 a 2001. Esse é comparado e categorizado, enfatizando-se data de produção, autoria/gênero, local de edição, aspectos de circulação e metodologia de alfabetização. A análise constitui matéria-prima para a reconstituição de uma história do livro didático em Mato Grosso.

PALAVRAS-CHAVE: Cartilhas escolares. Acervos. História da alfabetização.

ABSTRACT: This text is subscribed in the literacy history and aims to discuss aspects of this history in Mato Grosso – Brazil, focusing, in special, the circulation and the use of primers. It has as presupposition that the undertaking of instrument-researches, which contribute to the localization and systematization of data and sources, acquires importance in the actual Brazilian scenario of negligence with memory. The researches undertaken by the research group ALFALE permitted to constitute in the Centre of Educational Research in UFMT a Documentation Centre, which could locate, collect, organize and preserve sources related to scholar culture. Among the collected sources, we focus on a specific collection – 106 copies, considering literacy primers and teacher manuals dated from 1996 to 2001. This collection is compared and categorized, highlighting production date, authorship/genre, place of publication, aspects of circulation and literacy methodology. The analysis has constituted the raw material to the reconstitution of the textbook history in Mato Grosso.

KEYWORDS: Scholar primers. Collection. Literacy history.

¹ Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação do campus de Rondonópolis e do grupo de pesquisa ALFALE (CNPq). E-mail: kjc@terra.com.br

Introdução

Ao longo da última década temos² desenvolvido pesquisas num campo de estudos ainda novo no Brasil, a história da alfabetização, abordando aspectos dessa história em Mato Grosso, em especial, a circulação e o uso de cartilhas. Soares (1989), analisando a produção acadêmica – teses e dissertações - voltada para a alfabetização do período de 1960 a 1989, é a primeira a observar a quase inexistência de pesquisas que priorizem o foco histórico. Desse estudo aos dias atuais pode-se observar um movimento de investimento nessa área, levado a efeito por vários Grupos de Pesquisa, constatando-se um esforço em se sistematizar uma história da alfabetização no Brasil, no que concerne às concepções, métodos, cartilhas e memórias de professores. Dentre esses esforços situa-se a pesquisa interinstitucional “*Cartilhas escolares: ideários, práticas pedagógicas e editoriais – a construção de repertórios analíticos e de conhecimento sobre a história da alfabetização e das cartilhas (MG/RS/MT, 1934-1996)*”, desenvolvida desde 2001 por pesquisadores, organizados em grupos de pesquisa ligados à UFMG, à UFMT e à UFPel.³

De modo geral, pode-se dizer que essa pesquisa interinstitucional tem como objetivo fazer levantamento e análise qualitativa da produção das cartilhas nacionais produzidas e em circulação nos estados envolvidos.

O Grupo de Pesquisa Alfabetização e Letramento Escolar (ALFALE) de Mato Grosso se organizou em torno de 4 eixos:

- A) Circulação de cartilhas e seus pressupostos;
- B) Levantamentos de fontes relacionadas ao ensino da leitura e da escrita;
- C) Políticas públicas e práticas pedagógicas;
- D) Memórias de professoras alfabetizadoras.

Assim que se inseriu na pesquisa, o Grupo ALFALE teve como primeiro impacto o reconhecimento da dispersão geográfica e institucional das fontes. Não encontramos em Mato Grosso um arquivo no qual pudéssemos fazer consultas e análises das fontes específicas focadas nessa pesquisa, quais sejam, as cartilhas. Não era a primeira vez que tal constatação se sobressaía: Amâncio (2000, 2008), ao realizar um estudo sobre o ensino da leitura e, portanto, das cartilhas mais utilizadas em Mato Grosso no início do século XX, encontrou os títulos no Arquivo Público de Mato Grosso, citados em Relatórios, Mensagens, Atas e Livros de Almoxarifado. Essa pesquisadora, porém, não localizou um exemplar sequer dessas cartilhas em nosso Estado, só podendo dar continuidade ao seu trabalho quando buscou os arquivos de São Paulo.

Desse modo, o grupo sentiu a necessidade de fundar no interior do Núcleo de Pesquisa em Educação – NUPED - (ICHS/CUR/UFMT) um Centro de Documentação, que pudesse localizar, reunir, organizar e preservar essas e outras fontes, relacionadas com a cultura escolar mato-grossense.

A partir desse mapeamento inicial, esse texto tem como objetivos: a) discutir a importância da realização de pesquisas-instrumentos, que contribuem na localização e sistematização de dados e fontes para subsídios de outras pesquisas; b) apresentar uma análise da descrição analítica das cartilhas que constituem o acervo do NUPED – UFMT.

1. Pesquisas-instrumentos: a constituição de acervos

O desenvolvimento do trabalho de organização de fontes nos encaminhou para a utilização de referenciais teórico-metodológicos, tais como, a discussão sobre a construção do conhecimento histórico; o papel das fontes, bem como seu tratamento, limitações e conceituação; a literatura sobre livro didático.

² Optei, neste texto, por utilizar a 3ª pessoa do plural por tratar-se de um acervo constituído e de discussões sistematizadas coletivamente.

³ Atualmente o grupo se ampliou, acolhendo pesquisadores de mais três instituições: UFAM, UFES e UFF.

Se entendermos que História é um campo de produção de conhecimentos que, para se realizar, necessita tanto de teorias explicativas quanto de fontes, pistas, indícios, vestígios, no intuito de compreender as ações humanas no tempo e no espaço, compreenderemos que é impossível fazer história sem fontes. Esbarrando na escassez e dispersão das fontes, nos vimos obrigadas a desenvolver ações no sentido de localizar e reunir materiais que servissem à nossa pesquisa e, também, a futuras pesquisas. Isto nos levou a perceber que

[...] as fontes históricas são sempre produções humanas [...] é preciso distinguir entre as fontes que se constituem de modo espontâneo, comportando-se como se fossem naturais e aquelas que produzimos intencionalmente. E nessa última categoria cabe, ainda, diferenciar entre aquelas que disponibilizamos intencionalmente tendo em vista possíveis estudos futuros [...] e aquelas que, não nos sendo dadas previamente, nós próprios, enquanto investigadores, as instituímos, as criamos, por exigência do objeto que estamos estudando. (SAVIANI, 2004, p. 6).

As preciosas fontes – as pistas, as marcas, os documentos – são fragmentos que não trazem com eles uma verdade inerente, facilmente descoberta pelo pesquisador. Produzidos em um determinado momento histórico, carregam marcas de interesses e estratégias que precisam ser perscrutadas, desveladas, buscando-se em sua “configuração textual” (MORTATTI, 2000) seus significados, suas funções socioculturais, seus funcionamentos.

Foi com essa noção de fontes que nos lançamos à tarefa de constituição de um acervo. Estávamos certas de que localizar e sistematizar dados ou informações seria uma tarefa fundamental para fazer frente aos problemas de acesso e de conservação de fontes. Estava claro para as professoras do grupo que a coleta, a seleção, a recuperação e, finalmente, a organização das fontes iriam demandar um precioso tempo; igualmente clara estava a ideia de que essas ações constituem também uma das etapas da pesquisa.

Nesse sentido, ao que tudo indica, nos inserimos em um movimento que ultrapassa a barreira regional. Trata-se de um movimento do “campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 25), que se encaminha no sentido de definir o conjunto de questões que importam naquele momento aos pesquisadores e sobre as quais eles vão concentrar seus esforços. Vidal, refletindo sobre a investigação histórica sobre educação no Brasil, em especial a partir de 1990, destaca que essa “vem interrogando-se acerca de conceber a escola como produtora de uma cultura própria e original, constituída por e constituinte, também, da cultura social” (VIDAL, 2005, p. 5). Para a autora, esse novo campo vem demandando dois investimentos: o primeiro relacionado à constituição de balizas teóricas explicativas; o segundo endereçado a “localizar, sistematizar, organizar, socializar e problematizar as fontes para a pesquisa em história da educação”. Em relação ao segundo,

[...] uma parcela consistente de pesquisadores da área, individual e coletivamente, têm-se lançado ao desafio de ampliar a massa documental à disposição do campo, o que em alguns casos vem conduzindo à constituição de Centros de Memória e Documentação; e de se inserir no debate epistemológico que tal ampliação envolve (VIDAL, 2005, p. 5-6).

Ainda nessa direção, CATANI e SOUZA (2001, p. 241) advertem que “a produção de pesquisas-instrumentos que gerem catálogos, bancos de dados, repertórios etc., adquire relevância especial ao evitar a duplicação de investimentos dos estudiosos e potencializar o uso de materiais já trabalhados”.

Desse modo, pensávamos que a disponibilização para a pesquisa de fontes diferenciadas e, sobretudo, pouco valorizadas, como as cartilhas escolares, poderia trazer para a cena a história dos atores/produtores desses documentos, dando-lhes uma chance para fornecer subsídios para a constituição de uma memória ou de uma história de um grupo social e de uma área específica da educação, a alfabetização. Nesse sentido, entendemos que o trabalho com a documentação e a memória traz à tona o direito à informação como elemento central da democratização da história.

Todo esse movimento nos levou, por um lado, a refletir sobre a mudança do caráter da

pesquisa, ao agregarmos a faceta de localização e sistematização de dados ou informações e, por outro, sobre a necessidade de reconsiderar as normas de guarda dos documentos escolares, incluindo, para além das fontes legais ou estatísticas, a preservação de fontes nem sempre valorizadas, tais como, exercícios, cadernos de alunos e professores, provas escolares, diários de classe, materiais instrucionais complementares (cartazes, quadros, figuras) e, sobretudo, manuais escolares, como forma de aumentar as possibilidades de estudos sobre as práticas escolares.

Tal reflexão esteve, ainda, vinculada à constatação de que o interesse pelo conhecimento e a sistematização de informações acerca de livros didáticos tem mobilizado pesquisadores de vários países nos últimos anos. Assim, cresce o interesse pela história da leitura e dos livros escolares. Trata-se de um campo de estudos rico e diversificado, no qual a História da Educação tem dado significativa contribuição.

Alain Choppin (2002), refletindo sobre o descaso com essa fonte de pesquisa, aponta o próprio *status* do material como uma de suas causas. Para esse autor, os contemporâneos (alunos, pais ou professores) não percebem nesse material “nada de raro, exótico, singular” (CHOPPIN, 2002, p. 6). A larga produção em série – milhões ou até bilhões -, em muitos países subsidiada, tornam o produto pouco oneroso e, em decorrência, pouco valorizado. Os livros escolares e, sobretudo, as cartilhas são também mercadorias perecíveis. Mudam-se o método, os programas e mesmo o ano escolar e o livro didático passa a ser visto como objeto descartável.

Sobre esses objetos fugidios e desprestigiados, Pfromm Neto *et al.* (1974, p. 154) lembram que “as cartilhas, os ‘livros de leitura’, as primeiras aritméticas etc. têm sido freqüentemente abandonados e destruídos por aqueles que os consideram objetos inúteis, destituídos de valor”.

Assim sendo, não é tarefa fácil ao pesquisador que se propõe a conhecer e analisar a evolução do livro didático no Brasil, mais difícil ainda quando se trata de cartilhas, material tido como descartável ao final de cada ano letivo.

Foi a partir dessa problematização que o grupo trabalhou, incansavelmente, na busca das fontes. Se o objetivo primeiro era a reunião de cartilhas e outros documentos que indicassem seu uso e circulação, o trabalho acabou por alcançar fontes variadas relativas ao universo escolar, ultrapassando em muito as expectativas iniciais. Grosso modo, as fontes reunidas podem ser assim topicalizadas:

- Cartilhas escolares;
- Livros didáticos diversos;
- Manuais de professor;
- Materiais de alfabetização;
- Cadernos de planejamento de professores;
- Cadernos de alunas de magistério;
- Cadernos de alunos;
- Livros de posse de professores;
- Relatórios de projetos;
- Diários de classe;
- Periódicos (Revista Educação em Mato Grosso; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos; Revista de Educação – SP; Revista Atualidades Pedagógicas);
- Propostas curriculares;
- Regulamentos de ensino;
- Documentos diversos;
- Fontes orais obtidas por meio de entrevistas com professores (411 páginas transcritas).

Todas as fontes documentais reunidas no NUPED são oriundas de doações feitas por escolas da região sudeste mato-grossense, secretarias de educação e particulares (professores, alunos, colegas, pessoas comuns). A maioria absoluta dessas fontes foi captada pelo Grupo de Pesquisa

ALFALE em locais denominados de arquivo morto, canto da biblioteca, depósito ou porão. A reunião dessas fontes nos coloca importantes questões relacionadas à circulação e ao uso desses objetos. O simples fato de terem sido localizados no município de Rondonópolis e adjacências não nos fornece garantias sobre sua circulação e, muito menos, indícios sobre seus usos na prática pedagógica da região.⁴ É nesse sentido que qualquer estudo desse acervo será mais bem sucedido se acompanhado de informações oriundas de outras fontes, tais como, as *normatizações* do ensino (leis, regulamentos, propostas curriculares etc.) e as *concretizações*⁵ (diários de classe, cadernos de planejamento, cadernos de alunos, a própria materialidade dos manuais, a história oral etc.). No entanto, não resta dúvida que tais objetos, saídos do isolamento e da solidão dos porões, trazem marcas de uma cultura escolar brasileira.

2. Acervo de cartilhas

Um acervo constituído por tal diversidade necessita de um eficiente trabalho de armazenamento, que envolve atividades de higienização, restauração, organização e catalogação. Como se observa, há muito para fazer, mas um primeiro passo já foi dado.

Concentramos as ações no acervo de cartilhas em busca de uma organização, que permitisse melhor visualização e uso dessas fontes.

Para uma descrição individual de cada título (cartilha) foi construído um instrumento de registro, no formato de uma ficha, que foi elaborada buscando contemplar determinados aspectos da bibliografia material. A construção da ficha de análise foi uma forma de colocar no objeto impresso, os dados mais importantes para uma consulta posterior de qualquer pesquisador, ou até mesmo um mero leitor que tenha interesse pela história da alfabetização e da cartilha, facilitando o seu manuseio no acervo do NUPED. Desse modo, “A ficha permite a construção de uma série de dados que ajudam a caracterizar os acervos e construir determinadas relações mediante informações colhidas nos exemplares, que podem ser comparadas e categorizadas” (FRADE; MACIEL, 2006, p. 3).

Na primeira etapa do trabalho foram catalogados, por meio do preenchimento das fichas, 119 exemplares, sendo 88 cartilhas e 31 manuais de professor.

Este trabalho teve como objetivos compor um repertório, do qual participaram os três grupos inicialmente envolvidos na pesquisa interinstitucional e, ainda, tornar público um primeiro catálogo com os exemplares de cartilhas e manual de professor do NUPED.

O *repertório conjunto*, sistematizado pelos três grupos em 2006, soma 512 títulos de livros escolares de alfabetização, apontando autor, editora, edição, ano e localização.⁶ O *catálogo* contempla apenas as cartilhas existentes no NUPED, trazendo a cópia das capas e as informações bibliográficas de todos os exemplares. É complementado pelas listas dos manuais de professor e das fontes orais.⁷

A seguir são apresentadas algumas características do acervo das cartilhas do NUPED.

⁴ Rondonópolis é um município mato-grossense relativamente novo (emancipou-se em 1953), cuja população de 180.000 mil habitantes é composta por muitos migrantes oriundos de quase todos os estados brasileiros.

⁵ *Normatizações e concretizações* conforme Mortatti (2000).

⁶ Encontra-se publicado no livro *História da Alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – séc. XIX e XX)*, organizado por Isabel Cristina Frade e Francisca Pereira Maciel (2006).

⁷ CARDOSO, Cancionila Janzkovski; AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros (Orgs.). *Memória da alfabetização mato-grossense: o caminho das cartilhas*. Rondonópolis-MT: EdUFMT, 2006.

3. Uma breve descrição

3.1. Distribuição do acervo das cartilhas por décadas

Quadro 1. Distribuição dos exemplares por década da publicação

Décadas	Número de exemplares	%
1960	2	2,2
1970	9	10,2
1980	33	37,5
1990	29	32,9
2000	2	2,2
s/d	13	14,7
Total	88	100%

O quadro nos mostra que o acervo de cartilhas do NUPED recobre as décadas de 1960 aos anos 2000. A grande concentração dos exemplares está nas décadas de 1980 (37,5%) e de 1990 (32,9%). Porém, convém observar, ainda, que há um número significativo (14,7%) de exemplares sem data de publicação. Pelos títulos, aparência e ortografia, podemos levantar a hipótese de que esses exemplares vieram a público entre as décadas de 1960 e 1970.

3.2. Autoria das cartilhas

Se desconsiderarmos as edições repetidas e, ainda, as edições em anos diferentes de um mesmo livro, os 88 exemplares, apontados no Quadro 1 se transformam em 69 títulos. Para que esses 69 títulos de livros de alfabetização viessem a público, 123 pessoas, identificadas por seus nomes ou pseudônimos, se dedicaram ao ofício de produção de livros didáticos. Nesse universo temos, ainda, dois títulos nos quais não consta nenhum nome de autor.

Quadro 2. Autoria e co-autoria

Autoria	Quantidade de títulos	%
Autor único	28	40,5
Co-autoria	39	56,5
Sem nome de Autor	2	2,8
Total	69	100

O Quadro 2 indica uma preponderância da co-autoria. Observando-se um pouco mais atentamente essa questão da autoria, constata-se que apenas 6 autores são do sexo masculino enquanto que 117 são do sexo feminino.

No quadro abaixo podemos verificar a classificação dos autores, por número em cada título e por sexo, nas cartilhas existentes e catalogadas no NUPED.

Quadro 3. Autores dos títulos catalogados: número e sexo

Autoria	Quantidade de títulos	%
1 Autor	1	1,4
1 Autora	24	34,7
2 Autoras	16	23,1
1 Autor + 1 Autora	3	4,3
3 Autoras	2	2,8
4 autoras	15	21,7
5 autoras	2	2,8
7 autoras	2	2,8
1 Autor + 2 Autoras	1	1,4
3 Autoras + 1 Autor	1	1,4
Sem nome Autor	2	2,8
Total	69	100%

O quadro 3 nos mostra que a grande maioria dos títulos se concentra em uma autora (34,7%), duas autoras (23,1%) e por quatro autoras (21,7%), percentual que, se somado, resulta em 79,5% da produção desse acervo sendo de responsabilidade de autores do sexo feminino. Apenas um exemplar é assinado por um homem e outros 5 são de co-autoria de um autor com uma, duas e três autoras.

Esse fenômeno merece ser mais bem apreciado. Sabemos que, em Mato Grosso, por exemplo, no início do século XX, as cartilhas mais utilizadas (cf. AMÂNCIO, 2000 e 2008) eram de autoria de homens. Assim temos: Cartilha das Mães e Cartilha Anaytica (Arnaldo Barreto); Cartilha Nacional (Hilário Ribeiro); Meu Livro (Theodoro de Moraes); Cartilha da Infância (Thomas Galhardo); Cartilha Ensino-Rápido da Leitura e Cartilha Análítico-Sintética (Mariano de Oliveira),⁸ evidenciando que a grande maioria dos autores de livros didáticos que circularam nessa época em nosso estado era do sexo masculino. Muitos desses autores eram também professores e/ou diretores de escolas e ex-alunos das escolas normais. Evidentemente esse fenômeno retratava a configuração do processo de autoria do Brasil, já que todas essas cartilhas eram de autores exógenos ao estado, uma vez que Mato Grosso caracteriza-se mais claramente como estado consumidor do que produtor de cartilhas escolares.

O início da nacionalização da literatura didática, que se situa no final da década de 1890 e início da década de 1900, está “diretamente relacionado ao surgimento de um tipo específico de escritor didático profissional: o professor normalista; e de uma especialidade editorial: a publicação de livros didáticos” (MORTATTI, 2000, p. 86). Nesse início de produção é notável a participação masculina, não somente na autoria dos livros didáticos, como também nas comissões que os julgavam e, de resto, na ocupação de cargos importantes no círculo do poder educacional.⁹

O ingresso majoritário de mulheres na docência¹⁰ e, em decorrência, nos setores a ela relacionados, tal como a publicação didática, é fenômeno já documentado e, pela via da autoria das cartilhas desse acervo, está aqui mais uma vez evidenciado. As explicações para essa mudança, no entanto, ainda se constituem em núcleo importante de debate no campo da educação e dos estudos sobre gênero,

⁸ Além de *ABC da Infância* (sem autor).

⁹ Ver Mortatti, 2000, p. 136, nota 8, na qual a autora lista obras didáticas aprovadas ou adotadas nas escolas de S. Paulo no início dos anos 1900. Dentre tantos nomes masculinos aparece apenas um de uma mulher: D. Guilhermina de Andrade, autora do *Primeiro livro de leitura*.

¹⁰ Ou *feminização da profissão docente* - fenômeno ocorrido entre meados do século XIX e o início do século XX em vários países ocidentais.

[...] um debate em que se procura desvendar as complexas articulações dessa mudança com as dinâmicas do mercado de trabalho e da divisão sexual do trabalho; com o processo de massificação do ensino escolar no contexto da consolidação dos Estados Nacionais; com a criação de amplas redes de ensino público (VIDAL; CARVALHO, 2001, p. 242).

Soares, analisando mais especificamente a produção didática, aponta para um processo de deslocamento de significados dos elementos constitutivos do processo de escolarização, que trouxe como consequência uma desvalorização na elaboração de livros didáticos que “parece ter deixado de atrair intelectuais de alta qualificação científica e educacional: a autoria desse gênero de livros perde o prestígio que tinha, e passa a ser considerada atividade menos nobre no campo das publicações científicas” (SOARES, 1997, p. 3-4).

Esses dados e reflexões abrem possibilidades para pesquisas relacionadas com a história das mulheres, a feminização do magistério, a contribuição das mulheres para a constituição dos saberes escolares, as relações de gêneros, a constituição do mercado editorial, entre outras.

3.3. Editoras

Quadro 4. Editoras

Editora	Local	Quantidade de títulos	%
Abril Educação	São Paulo	18	26,0
FTD	São Paulo	10	14,4
Ática	São Paulo	6	8,6
Editora do Brasil	São Paulo	6	8,6
Scipione	São Paulo	5	7,2
IBEP	São Paulo	4	5,7
Arco-Íris	Curitiba	3	4,3
Companhia Editora Nacional	São Paulo	3	4,3
Bloch	Rio de Janeiro	2	2,8
Saraiva	São Paulo	2	2,8
Atual	São Paulo	2	2,8
Caminho Suave	São Paulo	1	1,4
Ministério da Cultura	Portugal	1	1,4
Gráfica/SEDUC	Cuiabá	1	1,4
Editora Lemi S/A	Belo Horizonte	1	1,4
Record Cultural	Rio de Janeiro	1	1,4
Globo	São Paulo	1	1,4
Casa Publicadora Brasileira	São Paulo	1	1,4
Melhoramentos	São Paulo	1	1,4
Total		69	100%

A análise do Quadro 4 nos leva a verificar que editoras localizadas em São Paulo são responsáveis por 60 títulos, que correspondem a 86% dos exemplares do acervo do NUPED, evidenciando, assim, o alto grau de concentração do setor editorial. Nesse sentido, esse acervo reitera dados de outras pesquisas como, por exemplo, de Munakata (1997). Este autor aponta que no ano de 1982 havia cerca de 30 editoras especializadas na área da literatura didática e paradidática, num total de 400 editoras (p. 107). Em 1995, dentre as dez primeiras editoras em número de livros didáticos e paradidáticos, 8 eram de São Paulo, 1 de Belo Horizonte e 1 do Paraná.

Höfling (2000), analisando a participação das editoras nas aquisições de livros didáticos pelo MEC, por meio do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), nos anos de 1985 a 1991, destaca as

sete editoras – todas de São Paulo - que venderam o maior número de livros: Ática, Brasil, IBEP, FTD, Nacional, Saraiva, Scipione. Estas, juntas, abarcaram 81% das vendas. A autora aponta, ainda, que seis editoras (excetuando da lista acima a Nacional) movimentaram a incrível soma de R\$ 109.361.922,85, ou seja, 90% do total dos recursos públicos da FAE, destinados à compra de didáticos.¹¹

Ao que tudo indica essa concentração do setor editorial já vinha se configurando nas décadas precedentes e possui intrínseca relação com as políticas públicas para o livro didático. Nota-se que em 1985, por meio do Decreto 91.542 cria-se o Programa Nacional do Livro Didático, que estabelece importantes alterações em relação ao programa de livro didático anterior, das quais se pode destacar: a) o término da compra do livro *descartável* (aquele que possuía exercícios para serem feitos pelo aluno), priorizando-se livros *não-consumíveis*, para possibilitar sua reutilização por outros alunos em anos posteriores; b) a escolha do livro didático passa a ser feita diretamente pelo professor; c) a previsão da distribuição gratuita às escolas públicas e sua aquisição com recursos do governo federal; d) a universalização do atendimento do programa para alunos de todas as séries do ensino de 1º. Grau. Essas medidas impulsionam um crescimento fantástico do mercado do livro didático no Brasil, cujo volume atual de livros produzidos é avaliado em milhões de unidades.

Tais dados e reflexões abrem perspectivas do acervo do NUPED para pesquisas relacionadas às políticas públicas de distribuição de livros didáticos; às consequências de as políticas públicas do livro didático conectarem os interesses públicos aos privados; ao comportamento do mercado editorial brasileiro (monopólio, cartel, formação de grupos com participação internacional), enfim, aspectos políticos e econômicos do livro didático no Brasil.

4. Metodologia das cartilhas: uma possibilidade de análise

Dentre todos os itens contemplados na ficha, a metodologia se constituiu no mais desafiador. Entendemos que as cartilhas expressam uma opção metodológica, no entanto, essa opção nem sempre aparece claramente definida e passível de ser classificada no âmbito dos conhecidos métodos de alfabetização, sem que se proceda a uma análise do conteúdo.

Em termos de método de alfabetização, o acervo do NUPED recobre momentos importantes, que vão desde a defesa por um bom e eficiente método, até a paulatina desmetodização, com a entrada dos pressupostos construtivistas no cenário nacional.

Concordamos com Mortatti (2006, p.1) quando reflete que

Em nosso país, a história da alfabetização tem sua face mais visível na história dos métodos de alfabetização, em torno dos quais, especialmente desde o final do século XIX, vêm-se gerando tensas disputas relacionadas com “antigas” e “novas” explicações para um mesmo problema: a dificuldade de nossas crianças em aprender a ler e a escrever, especialmente na escola pública.

A distinção que se tornou clássica em relação aos métodos de ensino de leitura é aquela em que esses são subdivididos em sintéticos e analíticos, conforme Simon em 1924 já definia:

Apesar das aparências, existem na realidade apenas dois métodos de leitura. Ambos procuram fazer compreender à criança a existência de uma certa correspondência entre os símbolos da língua escrita e os sons da língua falada; mas, para tal, um desses métodos principia pelo estudo dos símbolos ou pelos sons elementares, enquanto o outro, pelo contrário, visa a obtenção do mesmo resultado colocando a criança repentinamente perante a nossa linguagem escrita, tão complexa quanto se possa apresentar. O primeiro é geralmente conhecido pela designação de método sintético, em virtude do trabalho psicológico que exige à criança para o acto de leitura. Depois de saber ler cada símbolo, a

¹¹ “Em 2009, o governo federal investiu R\$ 577,6 milhões na compra de livros didáticos para a educação básica e R\$ 112,8 milhões na distribuição dessas obras para todo o país, por meio de pagamento à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)”. Disponível em: < <http://www.fn.de.gov.br/index.php/programas-livro-didatico>>. Acesso em: 22 set. 2010.

criança deve, com efeito, condensar as diferentes leituras numa leitura única, que, de um modo geral, para cada agrupamento particular desses símbolos, difere da leitura particular. Quando a criança souber ler e e u, deve, dessas duas leituras, formar eu. É, portanto, uma operação de síntese que se trata. O outro método parte dos próprios agrupamentos; parte das palavras. Chamar-lhe-emos analítico, quando pretendermos recordar o trabalho psicológico que se exige à criança para aprender, a partir desses agrupamentos, as denominações das suas partes ou sonoridades das sílabas. (Dr. Simon, apud MIALARET, 1987, p. 22-23).

Recuperando, brevemente, o percurso dessa história no século XX no Estado de Mato Grosso, constatamos que em 1910, com a *Reforma da Instrução Pública Primária*, promovida pelo presidente Pedro Celestino, o método analítico é recomendado. O modelo educacional implantado, semelhante ao do estado de São Paulo era considerado o mais adequado, trazendo como grande inovação a proposta de criação dos grupos escolares. Isso implicou numa nova modalidade de escola, adequada aos ideais republicanos, com outra organização de seus tempos e espaços, com nova organização do processo de ensino, incluindo a metodização da alfabetização, mediante a introdução do método analítico.

Apesar da recomendação do método analítico no *Regulamento da Instrução Pública* de 1910, sua oficialização só veio a ocorrer dezessete anos depois, por ocasião da segunda reforma republicana do ensino primário. Dessa vez, em 1927, o método analítico é formalmente adotado no estado de Mato Grosso.

Poucas e esparsas são as informações sobre a difusão e o uso desse método em nosso estado. A circulação da *Cartilha Analytica*, de Arnaldo de Oliveira Barreto, constatada por Amâncio (2000, 2008), entre os anos de 1912 a 1927 e de *Meu Livro*, de Theodoro de Moraes, também de orientação analítica, citado entre 1921 a 1932, nos fornecem algumas pistas. Ainda, o *Relatório do Diretor do Grupo Escolar Esperidião Marques*, de São Luiz de Cáceres (1931), que faz referências explícitas ao uso do método analítico de ensino de leitura na escola que dirige, atesta os esforços no sentido de cumprir o *Regulamento* que prescrevia o uso deste método. Há, ainda, o registro de trabalho com *Meu Livro*, em diários de classe de professoras do Colégio Externato Santa Terezinha, referentes ao período de 1939 a 1943 (SOUZA, 2006, p.142). O Livro de Carga e Descarga, do ano de 1930, das Escolas Reunidas, em Santo Antônio do Rio Abaixo e o Livro de Ofícios do Grupo Escolar Leônidas de Matos, de 1939, registram a circulação de *Meu Livro* entre os anos 1930 a 1947 na referida escola.

Além dessas fontes, há alguns relatórios ou mensagens que fazem menção ou à difusão ou à dificuldade de se implantar o método analítico nas escolas de Mato Grosso. Assim, temos a mensagem otimista do Presidente do Estado de Mato Grosso, Dr. Anníbal Toledo, de 13 de maio de 1930 que informa:

O ensino é um dos serviços públicos mais eficientes do nosso Estado. Iniciada em 1910 a adoção dos métodos pedagógicos modernos com a introdução de professores paulistas, a semente se desenvolveu nesta Capital, como um terreno fértil, e propagou pelas cidades principais em Grupos Escolares que vão apresentando resultados compensadores do esforço e dos encargos que impõem ao Tesouro (TOLEDO, 1930, s/p. 12).

Por outro lado, o Diretor da instrução pública, Franklin Cassiano da Silva, em *Relatório* de sua inspeção na zona sul do Estado, de 29 de agosto de 1931, assim se manifesta:

A situação geral do ensino naquela zona é lastimável, pela falta quase que completa de material didático, assim como pela desorientação em relação ao emprego de métodos. Entregues geralmente as direções dos estabelecimentos a pessoas leigas, sem tirocínio no magistério, transformou-se assim o cargo de

¹² Algumas fontes consultadas, tais como, os relatórios de Presidentes do Estado e de Diretores da Instrução Pública foram pesquisadas a partir do CD ROM "Catálogo de Fontes Educacionais MT- República" (2002), organizado por Nicanor Palhares Sá e Elizabeth M. Siqueira, cujas cópias dos originais não contemplam o número de páginas.

Diretor de Grupo de uma função essencialmente técnica para a de simples burocrata (CASSIANO, 1931, s/p.).

Analisando a grande evasão escolar:

Há que se atribuir essa desproporção, senão, à falta de método de ensino?

O emprego do método analítico-sintético no ensino de linguagem produz grande resultado quando o professor conhece o processo e o emprega com entusiasmo, mas é de efeito nulo quando empregado por um professor que o não conhece perfeitamente (CASSIANO, 1931, s/p.).

No ano de 1942, o Professor Lourenço Filho, então Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), publicou no *Boletim de nº 22* um Relatório intitulado *Organização do Ensino Primário e Normal XVIII. Estado de Mato Grosso*. Nesse Relatório lemos, na sua introdução, um levantamento dos problemas enfrentados na educação em nosso Estado, apontando que esse na época se expandia quantitativamente, mas que se ressentia por essa expansão não vir acompanhada por “sensível desenvolvimento das normas de administração e de orientação pedagógica (que) **obedece ainda um regulamento datado de 1.927**” (LOURENÇO FILHO, 1942, s/p.)

Uma *Mensagem* do Governador Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo à Assembleia Legislativa do ano de 1949, indica que o Regulamento de 1927, embora apontado como “obsoleto”, ainda vigorava como a principal legislação sobre a Instrução primária desse Estado:

O governo tem procurado tratar com carinho o ensino primário em nosso estado, principalmente o ensino primário pois é o mais importante de todos. Este ramo do ensino está necessitando de um novo Regulamento, eis que o **atual Regulamento da Instrução Pública Primária de Mato Grosso, baixado pelo decreto n. 759, de 22/04 de 1927**, além de obsoleto, ainda ocorre a circunstância de se achar anexada ao mesmo diversas leis especiais, umas revogando seus artigos e outras alterando-os, o que determina dificuldades no seu cumprimento (FIGUEIREDO, 1949, p. 25).

Dois anos depois, em mensagem à Assembléia Legislativa, o governador Fernando Corrêa da Costa lamenta a situação em que se encontra a instrução pública:

O nosso serviço de instrução, nos seus diversos graus, está requerendo imediata reestruturação, pela decadência em que jaz, especialmente pela ausência de diretrizes pedagógicas (COSTA, 1951, s/p).

A ausência apontada remete à desatualização do regulamento de 1927, ainda em vigor, que foi, finalmente, substituído em 1951, segundo o professor Antônio de Arruda Marques, Diretor do Departamento de Cultura e Educação (DECE), em uma mensagem:

Com a promulgação da lei 452, de 24/11/1951, iniciou-se a reorganização do ensino primário no estado. Substitui a lei 942, de 03/02/1926, que disciplinou, por mais de um quarto de século, o nosso ensino tendo prestado excelente serviço mercê da orientação pedagógica em que foi estruturada. A nova lei tem, como orientadora, a Lei Orgânica Federal do Ensino (MARQUES, 1952, s/p).

O regulamento de 1927 foi, finalmente, substituído em 1951, com a promulgação da lei 452, de 24/11/1951, que reorganizou o ensino primário no estado, substituindo a lei 942, de 03/02/1926. A Lei 452 reflete os princípios escolanovistas, em especial, no que tange a orientação geral do ensino primário fundamental, mas não é explícita em relação aos métodos para o ensino da leitura e da linguagem oral e escrita, o que, certamente, foi mais bem delineado no regulamento do ensino primário do estado, documento ainda não localizado por nossas pesquisas.

Um documento emblemático para o nosso estudo é o *Programa do Ensino Primário*, publicado pela Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, no ano de 1962. Na listagem de conteúdos recomendados para os Grupos Escolares e Escolas Reunidas ali expressa, embora não haja uma

alusão explícita a respeito dos métodos de ensino da leitura, é possível deduzir-se a opção por uma metodologia analítica-sintética:

1º. Ano

Português

I – **Leitura de sentença**, palavras e sílabas no quadro negro utilizando o tipo comum de imprensa e manuscrito.

II – Leitura oral e silenciosa, com a interpretação oral de sentença e períodos muito pequenos, em livros ao alcance da classe.

III – **Estudo gradativo: fragmentação de sentenças, palavras e sílabas.**

IV – Conhecimento do alfabeto [...] (MATO GROSSO, 1962, p. 7) (Grifos nossos).

O levantamento dessas fontes nos leva a concluir que, do ponto de vista das prescrições oficiais, temos uma aparente hegemonia do método analítico a partir da reforma do ensino de 1910 até 1951, quando foi aprovada a Lei 452.

O entrecruzamento, no entanto, dessas prescrições oficiais com outras fontes (diários, relatos de práticas pedagógicas e circulação de cartilhas), e em especial com o documento *Programa do Ensino Primário (1962)*, acima citado, sugere um distanciamento por parte desses professores das expectativas metodológicas neles depositadas, acompanhado de uma significativa heterogeneidade na aplicação de métodos de ensino. Estes métodos, fundamentalmente, se materializam nas cartilhas de alfabetização e essas, com o passar dos anos, vão ficando cada vez mais numerosas e diversificadas do ponto de vista metodológico.

Seja porque as disputas acirradas entre defensores do método analítico *versus* defensores do método sintético no Brasil perdem a força, seja pela circulação de ideias como as de Lourenço Filho, que no final da década de 1920 advoga que a questão do método é secundária, - relevando, porém, outros elementos do processo de aprendizagem tais como, a maturidade biofisiológica da criança e seu interesse -, entra em cena outra opção metodológica: o método analítico-sintético, posteriormente conhecido por misto. Este é fruto de uma tendência das *tematizações, normatizações e concretizações* sobre alfabetização, qual seja: “de não se descartar a validade do método analítico nem do progresso que representa na evolução do ensino da leitura; e de se utilizarem também as vantagens oferecidas por outros métodos e processos” (MORTATTI, 2000, p.194).

Os métodos mistos circulam por longos anos no cenário nacional e mato-grossense, sendo questionados a partir do final da década de 1980 quando, com a entrada das ideias construtivistas, os métodos de alfabetização são colocados em questão, ressaltando-se os processos de aprendizagem e advogando-se o “não método”.

Portanto, as décadas de 1960 a 1990, pelas quais se estende o acervo do NUPED, evidenciam a diversidade metodológica que a terminologia “método misto” pode abrigar.

Essa diversidade traz consigo algumas dificuldades de classificação nos exemplares do NUPED, no entanto, é possível certo nível de apreensão a partir de alguns índices contemplados na materialidade do impresso.

Temos, por exemplo, exemplares cujos subtítulos já expressam uma determinada orientação metodológica: *Caminho Suave*: alfabetização pela imagem; *Casinha Feliz*: Cartilha pela fonação condicionada e repetida; *Pipoca*: método lúdico de alfabetização; *Minha abelhinha*: método misto de alfabetização; *Descobrimo a vida*: alfabetização numa perspectiva sócio-construtivista; *ALP - Análise, Linguagem e Pensamento*: um trabalho de Linguagem numa proposta socioconstrutivista.

Lembramos que no Brasil é comum se incluir, “nos exemplares distribuídos aos professores, em anexo ou em separata, o chamado ‘Livro do Professor’” (MUNAKATA, 1997, p.101). Assim, temos exemplares que trazem textos de apresentação ou de orientação metodológica, no início ou final do livro, nos quais se encontram indícios da metodologia adotada, sugestões e modos de aplicação da obra. Prefácio, apresentação ou carta são textos nos quais se encontra a voz do autor, e que

“permitem discernir os projetos conscientes - confessados, ou confessáveis – dos autores e medir a clivagem entre os princípios alegados e a aplicação que deles é feita no livro” (CHOPPIN, 2004, p. 559). A partir deles é possível se depreender o discurso sobre o método adotado, concepções de ensino, aprendizagem e criança; visões de mundo e de sociedade. Citamos como exemplo *Os cinco irmãozinhos*, de autoria de Terezinha de Jesus Arantes (São Paulo: FTD, 1966) que, na apresentação, faz os seguintes comentários:

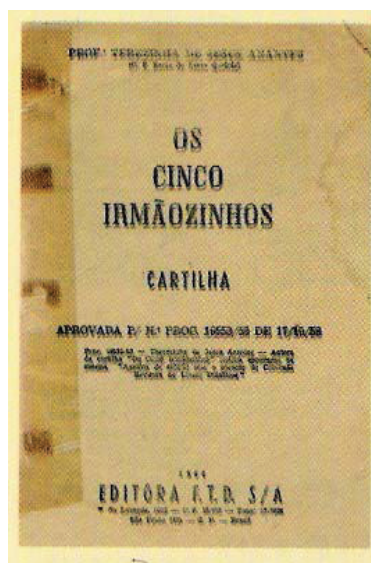


Figura 01: Cartilha *Os cinco irmãozinhos*, de Terezinha de Jesus Arantes (1966).
Acervo Centro de Documentação do NUPED/UFMT

Regente de classe de QI heterogêneo, precisei empregar um método que estivesse ao alcance de todas as crianças, a fim de economizar tempo.

Organizei, então, pequenas histórias, acessíveis a todas as alunas. Essas histórias, formulei-as com palavras “chaves” da lição para o domínio das sílabas. Associei, ainda, à memorização das histórias, a fixação das imagens, visto cada história ter um desenho sugestivo correspondente.

Adotado o método, verifiquei, sem surpresa, que as alunas mentalmente menos favorecidas fixavam mais facilmente a matéria (ARANTES, 1966, p. 3).

O texto de apresentação possui uma lauda e três parágrafos de incentivo ao uso da cartilha, argumentando a facilidade da aprendizagem, o menor cansaço por parte da professora, a despreocupação com problemas de disciplinas, a melhoria da percentagem da presença, a rapidez do processo, enfim, afirmando que o método da “modesta cartilha é, de fato, eficiente e produtivo”. Nas páginas finais da cartilha aparece o texto “*Orientação*”, esse bem mais detalhado e longo, estendendo-se por mais de 15 páginas.¹³ Nesse, a autora vai, gradativamente, apresentando as histórias – uma a cada lição -, associando-a às famílias silábicas a serem trabalhadas.

Igualmente, o exemplar de *Minha Cartilha*, de autoria de Flávia Maria Rosa e Ester Malamut (São Paulo, s/d)¹⁴ possui um texto de uma página intitulado “*Método de Leitura – Cartilha de iniciação*

¹³ Não é possível precisar o número de páginas deste texto, já que o exemplar encontra-se sem capa e sem as últimas páginas. A cartilha é composta de quarenta e uma lições e o exemplar do NUPED (incompleto) apresenta as orientações até a trigésima oitava lição.

¹⁴ O exemplar não possui data, no entanto pode-se deduzir que é anterior à Reforma Ortográfica de 18 de dezembro de 1971.

– *Orientações Didáticas*”, que assim se inicia:



Figura 02: Minha Cartilha, de Flávia Maria Rosa e Ester Malamut.
Acervo do Centro de Documentação do NUPED/UFMT

Na confecção deste sistema, que podemos qualificar de IDEO-VISUAL-SILÁBICO, teve-se um duplo objetivo: auxiliar os esforços do professor e escolher o maior número possível de centros de interesse e variedade de estímulos educativos para a criança, mediante os quais possa ela alcançar uma rápida, suave e completa aprendizagem da leitura.

Podemos dizer que a criança aprende sozinha, a mecânica da leitura.

O método exposto é o silábico, uma vez que silábico é o nosso idioma, partindo da palavra, por ser ela o primeiro todo sintético inteligível para a criança (ROSA; MALAMUT, s/d, p. 2).

Em *Português Dinâmico: Cartilha e 1º Livro integrados*, de Rosane Rosenfeld et al. (São Paulo: IBEP, s/d) encontramos em uma mensagem dos autores aos professores:



Figura 03: Português Dinâmico, Cartilha e 1º Livro integrados, de Rosane P. Rosenfeld et al, s/d.
Acervo do Centro de Documentação do NUPED/UFMT

Adotamos o método analítico-sintético. Este método se caracteriza pelas atividades simultâneas de compor e decompor no âmbito de uma aula. A análise, comparação e síntese são feitas simultaneamente desde o início do processo, possibilitando o conhecimento, na seqüência desejada, dos elementos constitutivos da língua e, o que é mais importante, havendo aprendizagem do mecanismo da leitura (ROSENFELD et al, s/d, p. 2).

A cartilha *Porta de Papel*, de Angiolina Domanico Bragança et al. (S.Paulo: FTD, 1989) traz em seu final um encarte de *Considerações Finais*, no qual se lê:



Figura 04: Porta de Papel: Alfabetização – Cartilha, de Angiolina Domanico Bragança et al, 1989.
Acervo do Centro de Documentação do NUPED/UFMT

A cartilha *Porta de Papel* utiliza o **método silábico** e está embasada em dois propósitos: auxiliar o trabalho do alfabetizador, oferecendo-lhe um material com passos sistemáticos e práticos; atender tanto às crianças com escolarização prévia como àquelas que não contam ainda com vivência escolar (BRAGANÇA et al. 1989, p. 3).

Considerando a formação instável dos professores, o Estado passou a exigir, a partir da segunda metade da década de 1970, que as editoras fizessem os livros didáticos acompanhados de um manual para o professor.¹⁵ Desta forma, textos como os acima citados vão-se tornando mais raros nas cartilhas, já que as recomendações dos autores passam a se materializar em um exemplar dirigido diretamente ao professor.

De qualquer forma, o preenchimento das fichas analíticas nos permite dizer que a maioria dos títulos do acervo do NUPED se baseia no método misto. Partem de uma palavra chave, que funciona mais como motivação inicial e, imediatamente, passam a realizar o trabalho com as famílias silábicas da palavra em questão, evidenciando seu caráter silábico.

Os textos de apresentação, cartas, comentários ou esclarecimentos, aqui brevemente analisados, evidenciam que “Os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro *status*, o de agente” (CHOPPIN, 2004, p. 557).

Tais reflexões descortinam uma gama enorme de possibilidades de pesquisa no acervo em questão, que podem tematizar, entre outros aspectos, as diferentes metodologias de alfabetização,

¹⁵ De acordo com Freitag; Costa; Motta (1989, p. 55), esta decisão foi “[...] reflexo da conscientização por parte do Estado de que o livro didático administrado em aula por um professor desorientado e mal informado perde seu valor didático”.

os conteúdos de alfabetização, as intenções dos autores – o que eles dizem, o que eles silenciam, conforme nos propõe Choppin.

Para concluir

Esperamos ter exemplificado, ao longo deste texto, a necessidade e a validade de constituição/recuperação de acervos, como mote de abertura de novos campos de pesquisa, e, mais especificamente, a potencialidade do acervo do NUPED.

Dentre as fontes reunidas no Centro de Documentação do NUPED, um acervo específico, o das cartilhas de alfabetização foi comparado e categorizado enfatizando data de produção, autoria/gênero, local de edição, aspectos de circulação e metodologia de alfabetização. Esta análise inicial, da pequena parte de fontes, permite inferir que o material de que dispomos se constitui matéria-prima para a reconstituição de partes da história do livro didático (cartilha) em Mato Grosso, bem como de métodos e concepções de alfabetização.

Há, porém, muitos outros índices da materialidade do texto, que aqui não foram abordados, mas que podem ser “até mais reveladores das intenções ideológicas e pedagógicas dos autores” (CHOPPIN, 2005, p. 559), dentre eles podemos citar: a) Títulos; b) Ilustrações; c) Sumários; d) Léxico; e) Tipografia e paginação, entre outros.

Encerremos com a voz de uma autora, dirigindo-se à professora:



Figura 05: Cartilha Mágica, de Lena Maria F. Gonçalves, s/d.
Acervo do Centro de Documentação do NUPED/UFMT

Professora,
está em suas mãos o ramalhete das flores mais perfumadas, delicadas e belas que até hoje conhecemos:
crianças.

Elas necessitam de seu carinho, amor e atenção.

Seja a “fada encantada” a guiar-lhes no caminho do saber.

A autora.

(*Cartilha Mágica* - Lena Maria Ferreira Gonçalves, s/d).

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. *Ensino de Leitura na Escola Primária no Mato Grosso: Contribuição para o estudo de um discurso institucional no início do século XX*. Orientador: Maria do Rosário Longo Mortatti. 2000, 263f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. *Ensino de Leitura e Grupos Escolares (Mato Grosso: 1910-1930)*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

BERTOLETTI, Estela. *Laurenço Filho e a alfabetização: um estudo da cartilha do Povo e da Cartilha Upa, Cavalinho!* São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da Ciência: por uma Sociologia Clínica do campo científico*, São Paulo: UNESP, 2004.

BRASIL. Ministério de Educação. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-livro-didatico>>. Acesso em: 22 set. 2010.

CARDOSO, Cancionila Jankovski; AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros (Orgs.). *Memória da alfabetização mato-grossense: o caminho das cartilhas*. Rondonópolis-MT: EdUFMT, 2006.

_____. *Relatório de Pesquisa Políticas Educacionais e Práticas Pedagógicas em Alfabetização: um estudo a partir da circulação de cartilhas em Mato Grosso – 1910 a 2000*. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Pesquisa em Educação/FAPEMAT/ICHS. Rondonópolis – MT, 2005.

CATANI, Denice; SOUZA, Cíntia. A geração de instrumentos de pesquisa em história da educação: estudos sobre revista de ensino. In: VIDAL, Diana Gonçalves e HILSDORF, Maria Lúcia Spedo (Orgs.). *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. p. 241-254.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte, *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, Set./Dez. 2004.

_____. O historiador e o livro escolar. *História da Educação*. ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v.11, p. 5-24, Abr. 2002.

FRADE, Isabel; Maciel, Francisca. *A História da alfabetização: Contribuições para o estudo das fontes*. 29ª Reunião anual da ANPED, Caxambu, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/>>. Acesso em: 2006.

_____. *História da Alfabetização: produção, difusão e circulação de livros (MG/RS/MT – Séc. XIX e XX)*. Belo Horizonte: Ceale, 2006.

FREITAG, Bárbara; MOTTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wanderly Ferreira da. *O livro didático em questão*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

HÖFLING, Eloísa Mattos. *A FAE e a execução da política educacional: 1983-1988*. 1993, 212 p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas.

_____. Notas para a discussão quanto à implementação de programas de governo: em foco o Programa Nacional do Livro Didático. *Educação & Sociedade*, Campinas, ano XXI, n. 70, Abr./2000, p.159-170.

LOURENÇO FILHO, M. L. Boletim, n. 22, 1942. Brasília: INEP. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/pesquisa/obras_raras>. Acesso em: 2010.

- MATO GROSSO. *Mensagem do Governador Dr. Arnaldo Estevão de Figueiredo*, 1949.
- _____. *Mensagem do Governador Fernando Corrêa da Costa*, 1951.
- _____. *Mensagem do professor Antônio de Arruda Marques*, 1952.
- _____. *Relatório do Diretor do Grupo Escolar Esperidião Marques, de São Luiz de Cáceres*, 1931.
- _____. *Mensagem do presidente Dr. Anníbal Toledo*, 1930.
- _____. *Programa do Ensino Primário*. Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1962.
- _____. *Regulamento da Instrução Pública*, 1910.
- _____. *Relatório do Diretor da Instrução Pública Franklin Cassiano da Silva*, 1931.
- MIALARET, Gaston. *A aprendizagem da Leitura*. Estampa, 1987.
- MORTATTI, Maria do Rosário. *História dos Métodos de Alfabetização no Brasil*, MEC, Brasília, 27/04/2006.
- _____. *Os sentidos da alfabetização (1876 a 1994)*. São Paulo: Editora UNESP: CONPED, 2000.
- MUNAKATA, Kazumi. *Produzindo livros didáticos e paradidáticos*. 1997, 212 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de História e Filosofia da Educação, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.
- PFROMM NETO, Samuel et al. *O livro na educação*. Rio de Janeiro: Primor/ INL, 1974.
- SAVIANI, Demerval. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. In: LOMBARDI, José; NASCIMENTO, Isabel, (Orgs.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas-SP: Autores Associados: HISTEDBR; PUCPR; UNICS; UEPG. Coleção Memória da Educação. 2004.
- SOARES, Magda. *Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento*. Brasília: INEP, 1989.
- _____. *Livro didático: uma história malcontada*. Agosto de 1997. Disponível em: <<http://www.moderna.com.br/artigos/arte/0015>>. Acesso em: 16 jan. 2005.
- SOUZA, Terezinha Fernandes. *Alfabetização na escola primária de Diamantino - Mato Grosso (1930-1970)*. 2006, 260f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2006.
- VIDAL, Diana; CARVALHO, Marília Pinto. Mulheres e Magistério Primário: Tensões, Ambigüidades e Deslocamentos. In: VIDAL, Diana; HILSDORF, Maria Lúcia. *Tópicos em Educação*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- VIDAL, Diana. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima; VALDEMARIM, Vera Tereza. *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. São Paulo: Autores Associados, 2005.
- CARTILHAS**
- ARANTES, Terezinha de Jesus. *Os cinco irmãozinhos*. São Paulo: FTD, 1966.
- BRAGANÇA, Angiolina Domanico et al. *Porta de Papel*. São Paulo: FTD, 1989.
- GONÇALVES, Lena Maria F. *Cartilha Mágica*. São Paulo: Editora do Brasil, s/d.

ROSENFELD, Rosane et al. Português Dinâmico: Cartilha e 1º. Livro integrados, São Paulo: IBEP, s/d. ROSA, Flávia Maria; MALAMTU, Ester. *Minha Cartilha*. São Paulo: FTD, s/d.

ROSA, Flávia Maria; MALAMUT, Ester. *Minha Cartilha*. São Paulo: FTD, s/d.

Recebido em: 22 de outubro de 2010.
Aprovado em: 07 de novembro de 2010.